

## **EDUCAÇÃO, POBREZA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DIÁLOGOS EM UM CONTEXTO FORMATIVO**

Hadassa da Costa Santiago Bremenkamp Sperandio

Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES

hadassabremenkamp@hotmail.com

Renata Duarte Simões

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

renasimoes@hotmail.com

Shellen de Lima Matiazzi

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

shematiazzi@hotmail.com

### **Introdução**

No contexto brasileiro, a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2019) revelou que, no ano de 2018, 52,5 milhões de pessoas viviam na condição de pobreza e, em 2019, os indicadores de concentração de rendimento mostraram que 1% da população com rendimentos mais elevados recebiam, em média, 33,7 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos (IBGE, 2020).

O empobrecimento da população repercute nos contextos escolares e afeta os processos educativos, pois, além das desigualdades na garantia de direitos e políticas educacionais, não há espaço para a discussão crítica dessa condição social nas escolas, prevalecendo as visões moralizantes e preconceituosas sobre os sujeitos empobrecidos. Tais visões merecem ser problematizadas, pois acarretam um olhar sobre os alunos como seres destituídos de valores, desinteressados pelos estudos, preguiçosos, indisciplinados e até violentos, responsabilizando os sujeitos pela própria condição (ARROYO, 2016).

O Programa Bolsa Família (PBF) surge como política pública de transferência de renda que contribui para o enfrentamento da pobreza, auxiliando também no acesso e na permanência dos alunos na escola por meio das condicionalidades, que visam a ampliação da garantia de direitos como educação, saúde e assistência social.

Nesse sentido, o presente trabalho, resultado de pesquisa de mestrado, tem como objetivo conhecer a relação dos profissionais da educação com a pobreza,

problematizando as visões instituídas sobre os alunos empobrecidos e sobre o PBF, de modo a fomentar o debate crítico em um contexto formativo.

## **Metodologia**

Com uma abordagem qualitativa, as ações foram baseadas nos pressupostos apresentados pela pesquisa-ação (BARBIER, 2004), com a proposta de um contexto formativo com profissionais da educação no município de Cariacica/ES.

Para tanto, foi desenvolvido um Curso de Extensão intitulado “A prática pedagógica e o currículo na discussão da pobreza no ensino fundamental”, na modalidade semipresencial, totalizando 80 horas de atividades e organizado em 06 encontros<sup>1</sup>. O curso contou com a participação de 98 profissionais da educação (professores, pedagogos, coordenadores, diretores, educadora social e técnicos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação) na promoção de debates sobre as temáticas relacionadas à pobreza, educação, desigualdade social, Direitos Humanos e PBF.

Com uma abordagem da pesquisa-ação crítico-emancipatória, intentamos o diálogo sobre a produção histórica da pobreza, compreendendo as políticas de transferência de renda como forma de enfrentamento dessa condição social, visando à superação de visões moralizantes na educação. Conforme afirmam Jesus, Vieira e Rodrigues (2018), quando os desafios e as dificuldades são reconhecidos como produção humana, podem ser analisados e problematizados no intuito de serem transformados.

## **Resultados e discussões**

Reconhecemos a pobreza como produto das relações desiguais impostas ao desenvolvimento histórico da humanidade, sendo fundamental a problematização dos discursos capitalistas e neoliberais, conforme defende Arroyo (2016, s/p): “[...] à medida que superarmos visões moralizantes e individuais da produção da pobreza, estaremos abertos a reconhecer que a pobreza e as desigualdades sociais, raciais e de gênero estão associadas ao padrão de poder-dominância-subalternização vigente [...]”.

Entendendo a pobreza como fenômeno estrutural e complexo, de caráter multidimensional e multifacetado (CARARO, 2015), os diálogos estabelecidos durante o

---

<sup>1</sup> O Curso de Extensão foi desenvolvido em parceria com o PPGMPE/Ufes, com a Secretaria Municipal de Educação de Cariacica e com o Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes/Ufes).

Curso de Extensão proporcionaram aos profissionais o reconhecimento da relação com a pobreza, a partir da elaboração de um memorial. A análise dos memoriais revelou que 61,76% dos profissionais matriculados no curso tiveram relação direta com a pobreza no âmbito pessoal, 17,64% não vivenciaram essa relação, enquanto 20,58% não relataram. Sobre a pobreza no âmbito profissional, 73,53% afirmaram trabalhar diretamente com a pobreza, 25% dos profissionais não relataram e apenas 1,47% dos sujeitos afirmaram não ter relação com a pobreza nas escolas em que trabalham.

Segundo Arroyo (2016), o reconhecimento da existência da pobreza e das desigualdades é o primeiro passo para que os profissionais da educação iniciem as reflexões sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social. Os apontamentos do autor nos levaram a problematizar, junto aos profissionais, as condições de atuação nas escolas públicas brasileiras, o que revelou as vivências empobrecidas dos sujeitos escolares: “[...] conviver com a pobreza ou viver a pobreza faz parte de quem sou, continuo vivendo no mesmo lugar em que cresci (PROFESSORA DO 4º ANO)”. A pobreza foi/é realidade de muitos profissionais da educação, sendo possível a ampliação da compreensão sobre essa relação com a educação a partir das discussões promovidas.

Com o objetivo de proporcionar o alívio imediato da pobreza, o PBF surge como uma política pública social que visa garantir direitos básicos às famílias que vivenciam a pobreza e a extrema pobreza. Criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, o público-alvo do programa são as famílias que possuem a renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00 (extremamente pobres) e entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 (pobres). O PBF é composto por alguns benefícios<sup>2</sup> e institui condicionalidades visando proporcionar o acesso a direitos básicos como educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2020).

Entretanto, no decorrer do curso, foi evidenciado que muitos profissionais da educação não compreendem a importância desse programa e, ainda, propagam discursos que reforçam a perspectiva moralizante e preconceituosa, como pode ser visto a seguir: “[...] quantas vezes precipitamo-nos em sentenciar: também, com uma mãe daquele jeito! Só pensa em fazer mais filhos para receber o Bolsa Família. Não liga para nada! Só quer o dinheiro do governo [...]” (PROFESSORA DO AEE).

---

<sup>2</sup> Benefício básico no valor R\$ 89,00 (para as famílias extremamente pobres); benefício variável vinculado à criança ou ao adolescente (0 a 15 anos) no valor de R\$ 41,00; benefício variável vinculado à gestante no valor de R\$ 41,00; benefício variável vinculado à nutriz no valor de R\$ 41,00; benefício variável vinculado ao adolescente (16 e 17 anos) no valor de R\$ 48,00; benefício para superação da extrema pobreza.

Esses discursos, difundidos entre a população e nos contextos educacionais, têm sido uma reprodução dos discursos legitimados pela classe dominante. Yannoulas e Duarte (2013) argumentam que é possível o enfrentamento do preconceito e da discriminação quando a população em situação de pobreza passa a ser visibilizada e os conceitos sobre ela problematizados. Nesse sentido, os diálogos durante a formação promoveram a problematização e a transformação acerca das visões naturalizantes, moralizantes, preconceituosas e estigmatizadoras da pobreza, do PBF e dos beneficiários.

A partir de uma retomada dos processos históricos e sociais que geram a pobreza, o debate abordou que os processos de empobrecimento são construídos por atores políticos e decorrentes de decisões políticas que, para servir a interesses específicos, divergem de uma concepção democrática e de acesso aos direitos para todos. Os diálogos evidenciaram a importância do PBF para ampliação da garantia de direitos como alimentação, moradia, saúde, educação, dentre outros, possibilitando o alívio da situação de pobreza, apesar dos baixos valores transferidos pelo programa.

Coadunando com pesquisas acerca da temática, durante os diálogos formativos, os sujeitos da pesquisa passaram a destacar os efeitos positivos da condicionalidade educação na trajetória escolar das crianças, com a ampliação das possibilidades de acesso à escola e a contribuição no enfrentamento do ciclo intergeracional da pobreza (CARARO, 2015). Ressaltaram, também, a contribuição para o aumento da frequência escolar e a redução do abandono (OLIVEIRA, 2014), sendo a escola evidenciada como um espaço de ampliação da discussão crítica sobre a pobreza e sobre o PBF.

## **Conclusão**

Os diálogos promovidos apontaram que a temática abordada tem importante contribuição na formação docente, pois está diretamente relacionada à realidade educacional, como pôde ser observado nos dados que revelaram a relação direta com a pobreza. Portanto, se faz relevante a construção de espaços que privilegiem os diálogos acerca da pobreza e do PBF, objetivando o debate crítico sobre essa temática e seus impactos na educação, superando as visões naturalizantes, moralistas e preconceituosas.

Além disso, foram também destacadas, pelos profissionais da educação, as possibilidades de revisitarem as suas práticas pedagógicas, buscando um currículo que proporcione o conhecimento sobre essa condição social de modo histórico e crítico,

lutando pela garantia de direitos, inclusive por uma educação de qualidade que preze pelo desenvolvimento de todos os sujeitos em suas máximas possibilidades.

### Referências

- ARROYO, M. G. **Pobreza, desigualdades e educação**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADI, MEC, 2016. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- BARBIER, R. **A Pesquisa-Ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.
- BRASIL. **Ministério da Cidadania**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- CARARO, M. F. **O programa mais educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.
- IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise da condição de vida da população brasileira: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- IBGE. Rendimento de todas as fontes 2019. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua**. 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- JESUS, D. M.; VIEIRA A. B.; RODRIGUES, C. H. Pesquisa-ação colaborativo-crítica: a formação de professores e a educação na diferença. In: FRANCO M. A. S.; PIMENTA S. G. (Org.). **Pesquisa em Educação: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2018, v. 4, p. 67-87.
- OLIVEIRA, L. C. S. **Programa Bolsa Família: efeitos no desempenho escolar e na superação da vulnerabilidade social de beneficiários em Feira de Santana-BA (2006-2012)**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Educação. Feira de Santana-BA, 2014.
- YANNOULAS, S. C.; DUARTE, N. S. Conversando com as professoras de Educação Básica. In: YANNOULAS, S. C (Coord). **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. Liber Livro. Brasília. 2013.